

Verbetes: Experiência



Por Albert Ogien e Louis Queré em "Vocabulaire de la sociologie de l'action" (2005), pp. 37-43.

*A tradição filosófica nos legou vários conceitos de experiência. O mais corrente é o empirista: a experiência é a percepção e recepção de um dado sensível. Esse dado sensível produz sensações, impressões, imagens, significações experimentadas por aquele que as recebe como vividos subjetivos imediatos. É, sem dúvida, esse conceito que se encontra impregnado, hoje ainda, em nosso uso ordinário do termo, e que encontramos no próprio discurso sociológico. A esse conceito empirista, a hermenêutica e o pragmatismo opuseram um conceito mais rico e mais complexo, que eles tomaram de empréstimo, em parte, da tematização hegeliana da *Erfahrung*, e que eles desenvolveram se referindo tanto à experiência estética quanto ao método experimental nas ciências naturais. De ponto de vista hermenêutico, a experiência designa uma travessia que modifica aquele que por ela passa. Essa travessia é uma prova, e essa pode ser ocasionada pela confrontação com um texto, uma obra de arte, um acontecimento ou uma situação. Implicando a exploração e explicitação dos efeitos de interação que a fundam, ela é fonte de descobertas sobre o mundo e sobre si, e ela revela novas possibilidades de compreensão e interpretação. Ela é, portanto, produtora não

somente de verdade, que seja sob a forma de conhecimento ou de compreensão, mas também de individualidade (aquela do acontecimento, da situação, do texto, ou da obra implicada) e de identidade (a daquele que a experimenta e é instruído por ela).

** No pragmatismo, John Dewey fez do conceito de experiência o conceito chave de sua filosofia. Para ele, a experiência é, antes de tudo, uma questão de organização dinâmica de um sistema em contínua transformação: aquele formado pelo organismo e seu ambiente. Esse sistema conhece tensões, resistências, incompatibilidades, contradições que são fontes de desequilíbrios, mas comporta também potenciais de estruturação. Dizer que a experiência é uma questão de organização dinâmica, é dizer que ela inventa, em um desenvolvimento temporal, uma ordem para reduzir a indeterminação das situações, resolver os problemas de tensão, de incompatibilidade e de conflito colocados pela acoplagem do organismo e do ambiente, e atingir um equilíbrio em suas interações. Quando ela é positiva, ela se traduz por respostas integradas. Quando ela é negativa, há desorganização e paralisia e, como disse Goffman, “a realidade flutua de maneira anômica”.

Nessa transação contínua que é a experiência, o ambiente não é unicamente o que coage o organismo ou o que lhe fornece recursos. Ele também participa da estruturação das situações e da organização das condutas, em particular *via* maneira de reagir dos objetos e sua contribuição nos agenciamentos. Ele apresenta também solicitações e possibilidades de ação, que são função das disposições do organismo, ou seja, de suas sensibilidades, hábitos, atitudes e habilidades. É um fenômeno que se pode explicar de várias maneiras, e as perspectivas introduzidas pela fenomenologia de Merleau-Ponty, pela psicologia ecológica, pela antropologia dos objetos, a “teoria da atividade” e a teoria da “cognição distribuída” desenvolvem hoje a intuição profunda de Dewey segundo a qual o organismo e o ambiente não são duas entidades independentes, mas duas fases integradas de um só e único processo. O organismo não vive *em* um ambiente, mas “*por meio de* um ambiente”.

Desse ponto de vista, a experiência não é, antes de tudo, uma realidade subjetiva. Ela não é propriamente falando a experiência *de* um sujeito, nem mesmo ela

concerne diretamente, como é o caso por exemplo na teoria de François Dubet (1994), a redução de incompatibilidades ou tensões internas do sujeito, entre seus impulsos, suas orientações ou suas “lógicas de ação”. Pois o organismo que entra em interação com um ambiente não é tanto um indivíduo ou um sujeito – nem um corpo (o que pode sugerir o tempo “organismo”) –, mas uma instância de paixão (*passion*) e ação. A experiência precede a própria distinção entre sujeito e objeto, e é nela que esses dois polos se diferenciam e se especificam como fases de um único processo. Não é, portanto, no sujeito (ou no ator) que é preciso procurar a instância de controle da experiência: esta está engrenhada nas exigências da situação que apresentam uma certa estrutura e uma certa configuração, e é essa situação determinada em função do organismo em seu meio (*milieu*) de comportamento que controla a experiência. Pois a situação é a unidade da experiência.

Um aspecto essencial da concepção de Dewey é o princípio da continuidade da experiência. A experiência é contínua na medida em que a interação com um ambiente é reconduzida de momento a momento e em que não é mais possível de se encontrar em uma situação. A continuidade da experiência se traduz pela serialidade do comportamento: este não consiste em uma sucessão de atores descontínuos e independentes; ele “possui uma direção e uma força cumulativa”, e cada um dos atos que o compõem procede daqueles que o precedem e abre a via para os que seguem. “Cada ato sai de um outro ato e conduz por acumulação a um novo ato até a atividade final plenamente integrada” (Dewey, 1993, p. 89). Enfim, de uma experiência a outra há um tipo de desenvolvimento. Uma nova experiência retém alguma coisa daquelas que lhe precederam e condiciona mais ou menos aquelas que vem em seguida. Em particular, ela modifica o organismo ao fazê-lo contrair novos hábitos e adquirir novas habilidades, do mesmo modo que ela afeta as condições objetivas em que terão lugar as experiências subsequentes, ao a ela abrir um novo ambiente. Pois um organismo que adquire novos hábitos desenvolve seu *savoir-faire* através da experiência adquire ao mesmo tempo um novo ambiente.

*** Defendendo que a experiência é alguma coisa que se “tem” ou se pode “ter”, Dewey sublinha seu caráter não cognitivo: ela ocorre em um “contexto de estímulo/resposta”, portanto em um regime de conexão imediata da

sensibilidade, da significação e do movimento. A experiência passa para o modo cognitivo quando as conexões, concretas e operatórias que a constituem enquanto interação entre uma criatura viva e seu ambiente, retêm a atenção e são formuladas sob a forma de relações. O conhecimento propriamente dito está ligado à investigação. Ora, a ação em regime de estímulo/resposta não precisa de investigação. Dewey opõe o circuito estímulo/resposta à sucessão de excitações/reações. Somente a ideia de um tal circuito permite dar conta da serialidade da conduta. Enquanto que uma sequência excitação/reação é uma unidade isolada, independente e completa, um estímulo é “um estado” do organismo enquanto um todo em relação com seu ambiente, uma tensão durável. Ela é a primeira parte de um comportamento serial, cuja resposta é a última parte. Ele se mantém ao longo do processo, mudando de conteúdo e de intensidade a cada fase. É isso que garante a continuidade da conduta.

Não há experiência, e experiência estruturada, sem uma articulação estreita de um sofrer e um fazer, sem a fusão de uma passividade (“*somewhat experienced*”) e uma atividade (“*some processes of experiencing*”): trata-se de uma conexão e não apenas de uma alternância. O próprio agente é diretamente afetado por suas próprias ações, e é por meio disso que ele pode controlá-las e ajustá-las à situação, como George Herbert Mead bem mostrou. Um exemplo possível é a experiência do artista. O pintor, escreve Dewey (1934), “deve experimentar conscientemente o efeito de sua própria pincelada, caso contrário ele não saberia o que ele faz nem onde ele vai. Além disso, é preciso que ele veja cada conexão particular da ação e da paixão em relação com o todo que ele deseja produzir”. Somente a essa condição que a forma do conjunto pode estar presente em cada parte. A passividade não é, portanto, antinômica à orientação ativa na direção de uma totalidade.

Para que uma experiência verdadeira possa acontecer, é preciso que nela haja, de um lado, percepção de relações entre o que é sentido e o que é feito, e o equilíbrio das duas, assim como a percepção de relações entre a ação e suas consequências; de outro, a integração de diferentes elementos em uma totalidade significativa, dotada de uma qualidade que a individualiza, e não somente uma sucessão frouxa ou uma conexão puramente mecânica entre as partes. A percepção de tais relações entre o que é sentido (passivamente) e o que é feito (ativamente), entre

o que é feito ou o que se produz, e suas consequências, como entre as partes e o todo, é o verdadeiro trabalho da inteligência. Ela implica uma exploração, e seu resultado é o de assegurar a continuidade e a integração da experiência, ambas sempre ameaçadas pelas tensões, conflitos e incompatibilidades. Para Dewey, uma experiência verdadeira, isto é, uma experiência em que um equilíbrio é atingido com a situação, por redução de incertezas, tensões e incompatibilidades, e onde os diferentes elementos se articulam harmoniosamente em um movimento orientado na direção da composição de um todo integrado, tem uma qualidade estética. Para que ela tenha uma qualidade, ela deve manifestar propriedades de forma e de harmonia, e seu ponto final deve ser mais do que uma cessação: ele deve resultar de tudo o que a precedeu enquanto “culminação de um movimento contínuo”. Em outros termos, em uma experiência positiva, a conduta atinge qualidades sensíveis de uma verdadeira *Gestalt*, ao mesmo tempo em que ela completa a configuração formada pelo ambiente, a situação, os objetos, as ferramentas assim como as ações e gestos realizados.

Aqui reencontramos as dimensões de exploração, de prova e de modificação inerentes ao conceito hegeliano de *Erfahrung*. Mas em Dewey, a referência é sobretudo ao método experimental desenvolvido nas ciências naturais: a experiência implica “uma experimentação ativa com as coisas”, na qual um organismo tenta “seus poderes ativos sobre o mundo em seu entorno” e nele provoca modificações que o afetam de volta e modificam as suas condições de existência. “O coração do método experimental é a determinação do sentido das coisas observadas por meio da instituição deliberada de modos de interação” (Dewey, 1993, p. 615), estando entendido que o sentido das coisas reside nas consequências que elas produzem “quando elas estão em interação com outras coisas específicas”. Compreender um fato ou um acontecimento é, portanto, ver seu alcance. Ocorre que para determinar suas consequências seja preciso manipular certos meios e colocar em prática “operações ativas ou ‘práticas’ conduzidas segundo uma ideia que é um plano”.

A experimentação é uma forma de investigação. Lembremos a definição de Dewey dá de investigação: “a investigação é a transformação controlada ou dirigida de uma situação indeterminada em uma situação que é de tal modo determinada em suas distinções e relações constitutivas que ela converte os elementos da situação

original em um todo unificado”. Uma situação bloqueia a organização da conduta; a redução de sua indeterminação se faz na e pela investigação que a problematiza: a investigação determina progressivamente o problema através da exploração de suas soluções possíveis. A definição do problema é, portanto, o momento chave da investigação. O ponto de partida é a existência de uma situação conturbada, instável ou incerta, ou ainda obscura, confusa, contraditória, conflituosa; em suma, uma situação cujos elementos constitutivos não se mantêm em conjunto ou estão em conflito uns com os outros, o que entrava o prosseguimento da conduta. O ponto de chegada é a organização de uma conduta ajustada: a investigação se realiza de fato quando uma situação integrada ou ordenada pode ser estabelecida, isto é, quando os elementos de confusão e de conflito puderam ser reduzidos ou eliminados de modo que uma orientação de ação pudesse ser definida. Mas, mesmo em suas fórmulas mais reflexivas, a investigação permanece em continuidade com o tipo de exploração não cognitiva que preside a organização sequencial do comportamento.